

Professor aponta perdas de 445%

Carlos Tavares

O Sindicato dos Professores divulgou ontem o índice de perdas salariais de 445% para todas as categorias de servidores públicos do Distrito Federal. Segundo Jacy Braga, um dos diretores do Sinpro-DF, os sindicatos vinculados à CUT iniciarão em fevereiro uma campanha de mobilização única, envolvendo profissionais de todas as categorias, que representam os 85 mil funcionários do DF, para recuperar as perdas acumuladas em 1990 e a inflação de janeiro.

Cálculos do Dieese e do Sindicato dos Professores demonstram, segundo Jacy Braga, que o salário do professor nível 1, que dá 20 horas de aula, deveria ser Cr\$ 197.871,00, mas hoje, segundo a tabela de salários da Fundação Educacional, estaciona em Cr\$ 56.534,00, após o reajuste de 81% concedido pelo GDF em 1º de janeiro.

O sindicato, por enquanto, não fala em paralisação logo no início do ano letivo porque inclusive os entendimentos com o governo ain-

da estão em fase inicial. Mas não se descarta a possibilidade de uma greve geral se o governo recusar sua posição de rejeitar as reivindicações das categorias. A pauta dos servidores do GDF estabelece quatro pontos considerados fundamentais: reposição integral das perdas salariais de 1990; manutenção das conquistas dos servidores, como compactação de horário, adiantamento de férias, eleição para diretores de escolas. O terceiro item da pauta diz respeito à unificação da data-base dos servidores do GDF para 1º de maio e o quarto se refere a discussão do regime único do servidor, já apresentado ao governo e em fase de negociação.

A campanha de mobilização dos 85 mil servidores será encabeçada pela CUT e pelos sindicatos. O Sinpro considera insignificante o reajuste de 81%, para todas as categorias, que não representa um terço das perdas salariais de 90, e promete continuar a luta, na justiça, para que o GDF pague os 54% de reposição salarial de dezembro de 89, que deverão ser corrigidos pelo índice da poupança dos últimos doze meses.

Campanha inclui data-base

Carlos Menandro 5/8/88

Além da mobilização para recuperar as perdas salariais da categoria, o Sindicato dos Professores, ao lado de outros sindicatos do GDF consideram de grande importância a luta pela anulação da data-base dos servidores estabelecida pelo governo para 1º de janeiro, por meio da Lei 04/88. Lúcia Ivano, do Sinpro, acha a questão da mudança da data-base para 1º de maio crucial porque se trata de um período onde todos os servidores se acham em atividade e isto facilitaria a mobilização para negociações com o governo.

Para ela, é praticamente impossível, por exemplo, mobilizar completamente a categoria dos professores em meses como janeiro porque estão todos em férias. Alguns sindicatos, no entanto, já começaram a trabalhar para atrair os profissionais à campanha de mobilização única dos servidores.



Lúcia quer mudar data-base

OS SALÁRIOS

Período	Nível 1		Nível 2		Nível 3	
	20h	40h	20h	40h	20h	40h
12/90	31.234	62.469	41.098	82.196	54.077	108.152
01/91	56.534	113.069	64.388	148.776	97.879	195.758
250% (*)	197.871	395.742	225.358	450.716	342.578	685.156

(*) O Dieese calcula perdas de 445% nos salários dos professores ao longo dos últimos 12 meses, sem contar a inflação de janeiro. O índice cai para 250%, tirando os 81% concedidos em janeiro pelo governo. Caso a categoria consiga a reposição acima apontada, seus salários reais ficariam como mostra a segunda coluna do quadro.

Educação poderá ampliar as vagas

A secretária de Educação, Stella dos Cherubins, disse ontem que aceita a proposta da deputada Lúcia Carvalho (PT), de ampliar o número de vagas do concurso para professores da Fundação Educacional, de 1.800, como propôs o governador Joaquim Roriz, para 2.400, se for comprovada uma maior margem de carência de professores nas escolas do Distrito Federal. A partir de sexta-feira, o Departamento de Planejamento da Secretaria de Educação poderá fornecer dados sobre o déficit de salas de aulas e de professores para atender os 420 mil alunos até agora matriculados para o período letivo de 1991.

Ela informou que este ano, devido ao aumento populacional das cidades-satélites e à evasão de alunos nas escolas privadas, por causa das altas mensalidades, a Fundação Educacional registra um número de alunos matriculados 15% maior que no período de janeiro/fevereiro de 1990. Isto representa um acréscimo de 50 mil estudantes nas escolas públicas de Brasília. A secretária voltou a afirmar que ninguém ficará fora das salas de aula por falta de vagas. "Se for necessário requisitaremos prédios públicos em todos os lugares onde for preciso abrigar estudantes".

Ceilândia

No Sindicato dos Professores há informações de que na Ceilân-

dia, uma das cidades-satélites que mais cresceram nos últimos anos, milhares de alunos não puderam estudar em 1990 e o déficit de salas continua o mesmo. "O governo vem realmente construindo mais salas de aulas, mas isso é em função do crescimento populacional do Distrito Federal e não para atender a demanda de alunos. Estamos elaborando estudos que comprovam esse déficit de salas de aulas, apesar da ampliação anunciada pelo governo", comenta Jacy Braga, um dos diretores do Sinpro.

Os dirigentes do Sinpro não acreditam que o governo poderá cumprir o que prometeu, ao afirmar que haverá condições de atender a todos os estudantes do DF de primeiro e segundo graus. A secretária de Educação, Stella dos Cherubins, garantiu ontem que até julho serão construídas mais 180 salas de aulas e já existem 15 em construção. Durante o ano passado foram construídas 149 salas de aulas; 17 escolas foram reformadas e mais três escolas ganharam mais 21 salas. (C.T.)

Provas serão mais fáceis

Quem se inscreve para o próximo concurso de professores da rede oficial do Distrito Federal encontrará menos dificuldades em obter média para integrar o quadro dos profissionais da Fundação Educacional. O Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos e o Departamento de Planejamento da Secretaria de Cultura, em pesquisa, constataram que as provas do último concurso foram "muito rigorosas" e prometem agora suavizar o teor das questões.

Os candidatos que fazem agora em fevereiro as provas para o con-

curso divulgado ano passado já sentirão a diferença. "Os critérios utilizados pela equipe que formulou as questões são bem mais brandos", diz um técnico da Fundação Educacional. Antes, por exemplo, candidatos do nível 3 eram obrigados a conhecer respostas de perguntas que diziam respeito aos inscritos no nível 1 e 2. Isso agora muda, principalmente nas áreas de Didática, Estrutura de Funcionamento do 1º e 2º Graus, Planejamento de Ensino e outras. As primeiras provas começam dia 17 de fevereiro e há 694 vagas para o três níveis. (C.T.)